

A Carta de Dom António Ferreira Gomes a Salazar e o meu apoio

I

«Uma Carta Vermelha do Senhor Bispo do Porto?»

Em Setembro de 1958 apareceu em público o livro de Manuel Anselmo *Sobre a Declaração de voto de Sua Ex.^a Rev.ma o Senhor Bispo do Porto*.

Quando me veio às mãos um exemplar, li-o todo e senti revolta. E fiquei a ver quando é que surgia uma resposta autorizada a desfazer aquele monte de erros e infâmias. Como ninguém reagia publicamente, decidi-me a publicar um opúsculo de refutação sob o título em epígrafe. Abria assim:

— «Aquela carta caiu no meio português como gota de ácido em calcário. Alvorço para uns, confusão para outros, escândalo para alguns como Manuel Anselmo. Eis os variados efeitos duma simples carta cujo o autor diz o que pensa. Este rebate insólito soou para o Dr. Anselmo como um terramoto. O Senhor Bispo já figura a seus olhos estarecidos como o fautor conjurado da Anti-Nação. — «Venho denunciar os equívocos doutrinários e os erros políticos do Sr. Bispo do Porto», escreveu ele, julgando que um Bispo se tem que atrelar ao carro triunfal de César.

Estilete a destilar fel, gárgula a vomitar a enxurrada turva do Inverno, vulcão a expelir lava rubra, de tudo isto algo há na pena acerada e incontinente do Dr. Anselmo. Chama ao Venerando Pastor «Bispo anti-situacionista», «pitonisa da Revolução», «apóstolo da colaboração partidária com os inimigos de Deus e da Pátria», «substituto do sapateiro Bandarra», «profeta da Revolta e da Desordem», etc. À sua carta chama «tenebrosa epístola», «carta vermelha», «infelicíssima carta», «carta incendiária», etc. Acusa-o de ter envenenado intencionalmente a opinião pública portuguesa,

de «utilizar inverdades e erros», de «trair os seus deveres episcopais para com o Governo e os Católicos», de «querer fazer destes soldados políticos da Anti-Nação contra os próprios interesses da Igreja», de «desencadear uma campanha anti-patriótica e subversiva». Pergunta se ela «visa a derrubar o Regime, a destruir a Ordem, a instituir o caos, a reacender ódios e paixões e a trazer, depois, às culmâncias do Poder os Comunistas», de «preconizar uma política de violências e ódios através de facções políticas apostadas na oposição a Salazar e ao seu Regime»; e acusa «o carácter subversivo da sua *epístola vermelha*». Imaginem!

Com esta denúncia pública daquele verrinoso ataque, abria o meu opúsculo de refutação *Uma Carta Vermelha do Senhor Bispo do Porto* que também mostrava a intenção construtiva daquela famosa carta, com esta chamada à atenção: «— Senhores: os amigos do Estado Novo não são os turiferários apostados em endeusar os Governantes com o incenso da louvaminha, encobrendo as mazelas que vão por aí nas sub-estruturas do organismo. Quem as aponta com espírito construtivo não o esconjurem como elemento subversivo, como Anselmo trata brutalmente um Prelado, uma inteligência, que vive a fundo a nossa actualidade nacional, podendo prestar-lhe o melhor serviço com a sua crítica do que toda a caterva dos bajuladores. Não têm certos Governos no seu seio o chamado «Ministro da Oposição»? Se Portugal contasse com uma Oposição construtiva, não surgiria a Oposição revolucionária que aí vem crescendo pavorosamente. Mais vale a evolução conversiva do que a revolução subversiva. Não é por mero acaso que se está esboçando a debandada em massa por via de certo mal-estar exasperado. Diagnostiquem-lhe as causas e apontem remédios, se ainda é tempo; mas não apedrejem quem os aponta; não fechem os olhos à sangrenta realidade da chaga».

Então os meus escritos foram perseguidos. Cedo começou a caça da Pide como de perdigueiros a uma lebre. Para lhes trocar as voltas, muito concorreram com tacto e coragem duas pessoas do Porto que não ousei nomear aqui por não saber se lhes agrada: Um Médico ilustre e um ilustre Dominicano. E também o então Gerente da Livraria Nelita, do Porto, que divulgou o livro, e que já em 1950 me informava: — «Há dias tive cá uma «visita» muito demorada que revolveu tudo e levou alguns livros de Joaquim Faria e de Sebastião Soares de Rezende».

Constou então também que Salazar enviou um emissário ao Convento dominicano de Fátima para indagar junto do Superior da Ordem se o livro era da responsabilidade exclusiva do autor ou se envolvia também a responsabilidade da Ordem. Respondido que o autor era o único responsável, só terá havido mais isto: uma insinuação de S. Ex.^a (que não ordem terminante) para que fosse posto termo à difusão do livro. Por isso, os Superiores se viram em apertos e assim se compreende as posições que julgaram dever tomar para embargar a venda do livro. Vejamos quais foram:

*

Em carta de 1/3/59 escrevia-me de Fátima para Lisboa o então *Vigário Geral*: «Na nossa conversa em Janeiro passado, pedi-lhe que suspendesse, ao menos provisoriamente, a venda do seu opúsculo. Antes de lhe dar a decisão definitiva, quis rezar, reflectir e tomar conselho. Estive com S. Em.^{cia} o Cardeal Patriarca que me queria pôr ao corrente da conversa que teve consigo e dar-me o seu parecer. Também a Nunciatura estava ao corrente da questão.

As suas disposições de respeitosa submissão para aceitar o veredicto e as sanções, como mas manifestou, muito me facilitam uma intervenção que me custa. Não duvido das nobres intenções que o levaram a fazer esta publicação. Só quero ater-me ao ponto de vista disciplinar. Por mais elevados que fossem os seus motivos, V. não estava justificado a publicar esse escrito, mesmo policopiado, sem as autorizações explícitas das Autoridades da Ordem e diocesanas.

Pelas presentes, confirmo, pois, definitivamente o que eu lhe tinha pedido provisoriamente: Que ponha termo à venda e propaganda do seu opúsculo».

Respondi em 9-3-59:

— «Rev.mo Padre Vigário: Como já disse, logo que recebi a sua ordem, mandei suspender o trabalho de brochura do livro. E, quando o livreiro passou depois por Lisboa, frisei-lhe bem que eu já não tinha nada que ver com o livro. Sobre o que ele tenha feito em cumprimento desta decisão, não sei que responsabilidade ele possa ter. Eu já não tenho nenhuma.

E agora repito o que já disse a V.- Rev.^a, ao Ex.mo Prelado, ao Em.mo Cardeal Patriarca e ao Ex.mo Núncio Apostólico: Que estou pronto a cumprir à risca e prontamente todas as sanções ecles-

siásticas e civis, sejam elas quais forem, e que tenho toda a responsabilidade no caso; mas que procedi assim porque não pude conformar-me com ver o Ex.mo Prelado tão gravemente caluniado sem um protesto de ninguém. Esperei vários meses a ver se alguém mais autorizado e competente que eu o fazia. Vendo que a situação de injustiça se tornava definitiva, decidi-me por minha conta e risco, único meio de o conseguir sem envolver a responsabilidade dos meus Superiores. Se eu lhes submetesse o manuscrito, de duas uma: Ou eles não aprovavam e lá ficava para sempre uma calúnia a triunfar (o que seria a nossa maior covardia) ou, se aprovassem, lá tinham de assumir a responsabilidade quando chegasse a inquirição por parte do Poder civil, com todos os inconvenientes.

Lamento quanto isto tenha desagradado aos Superiores e peço perdão por esse desagrado; mas não pude resignar-me com o triunfo de tais infâmias às quais se deu a mais larga publicidade.

Dito isto pela terceira vez, resta-me apenas ficar pronto para as sanções eclesiásticas e civis, mas não gostaria de andar sempre a mexer no assunto, pois eu nada disse ainda, nem direi, para me defender ou mitigar a minha culpa. Isto digo como seu súbdito, submisso à autoridade, sua e da lei. Mas, como simples pessoa humana, devo confessar que me causa terrível impressão este facto: Um livro, que é um acervo de gravíssimas injúrias contra um Bispo, teve toda a publicidade e apoio; mas um pobre folheto a vingá-las já está proibido por V.^a Rev.^a! São os poderes da lei, e eu não os discuto; mas, lei que, neste caso, impõe friamente o silêncio a um grito de protesto justíssimo contra um escândalo nacional. Grito que saiu de mim, mas que é também de imensas pessoas que o sentem como eu.

Isto é apenas a expressão dum doloroso desapontamento, não por mim mas pelo facto de esta decisão impedir o desafrontamento do Ex.mo Prelado, causando alegria ao adversário. Confesso que isto me deixa perturbado porque não é castigo para mim mas para o nome do Prelado que assim continua escandalosamente poluído. E nós, a «Ordem da Verdade», assistindo ao triunfo duma gigantesca injustiça!

Respeitosamente: Frei João de Oliveira Faria (Joaquim Faria).

*

Felizmente, todos estes entraves (por parte das Autoridades religiosas e civis) à difusão do opúsculo surgiram já tarde, quando ele

já estava bem difundido em duas edições. E assim, já não vieram tempo de impedir aquela pública refutação dos erros e afrontas de Manuel Anselmo. Por isso, dizia há pouco a revista *Reflexão Cristã* (Setembro-Dezembro de 1985) pela pena de Frei Bento Domingues O.P.: — «O Bispo do Porto com poucas solidariedades públicas pôde contar. Só Frei João de Oliveira (assinado com o nome civil *Joaquim Faria*) respondeu aos ataques de Manuel Anselmo num opúsculo dactilografado *Uma «Carta Vermelha» do Senhor Bispo do Porto?*

II

Alguns erros então denunciados

1.º — *Sobre a dimensão política dos cidadãos*

Da ideologia prática do Estado Novo concluía D. António que, segundo ela, «o cidadão português não precisa de ter dimensão política». E acrescentou: — «Essa doutrina não pode a Igreja impô-la a ninguém. E temos de pôr em causa a possibilidade de chamar o povo à consciência da sua idoneidade para a condução da coisa comum».

Este alerta a despertar para a idoneidade do Povo teve o seu valor histórico, pois foi, talvez, o primeiro rebate dum Bispo português, pró-Democracia, a reclamar para o Povo o direito que ele tem, como adulto, de tomar em mãos os seus destinos. Não terá a nossa Democracia actual germinado a partir deste embrião?

2.º — *Sobre os Partidos Políticos*

— «Não se receie pela formação de partidos», dizia a carta de D. António. E *Uma Carta Vermelha?* disse depois: — «São de aprovar os Partidos que não ameacem o bem-comum e o mínimo de união necessária para o conseguirmos, se procederem com espírito construtivo e patriótico. Dão-se bem em clima democrático. «Pluralidade na unidade», diz Aristóteles».

Sobre a Democracia escrevera Manuel Anselmo: — «São falsas e perigosas as ideias democráticas» (pág. 74). «Querer reabilitar agora a Democracia é trair oito séculos de independência e glória» (pág. 11).

Uma Carta Vermelha? contestou dizendo: — «A Igreja admite a verdadeira e sã Democracia. Anselmo contradiz o Pio XII que deixou dito: — «Se o futuro está reservado à Democracia, uma parte essencial da sua realização deverá corresponder à Religião cristã». Benquista em vários países, carregada de promessas a bem do Povo, auspiciosa e até feliz em muitos sectores, tem hoje em Portugal este gravíssimo contra: Amalgamou-se com o Partido Comunista. Infeliz casamento!» (pág. 66). Com efeito, o Comunismo, partido único e totalitário, era já então, a negação radical da verdadeira Democracia.

3.º — *Sobre o Corporativismo de Associação*, escrevera Anselmo — «A questão social há-de ser solucionada entre nós pelo Corporativismo de Associação, geradora das liberdades nacionais e da reconciliação das classes. Ora, a teórica desse Corporativismo assenta na Filosofia Tomista, o que implica necessariamente a fidelidade do Estado ao puro Cristianismo. O Estado deve instituir as associações profissionais» (pág. 21).

Uma Carta Vermelha? corrigiu distinguindo:

— «A Encíclica *Rerum Novarum* aprova o regime corporativo ou sindical em termos de Moral geral e admite o direito corporativo mas não o dever corporativo. Com efeito, a Encíclica preconiza não o Corporativismo estatal e imposto de fora aos operários, como era então o nosso, mas o Corporativismo de auto-associação espontânea, natural e decorrente da própria natureza social do homem. Por isso escrevera D. António que «o Corporativismo português foi um meio de espoliar os operários do direito natural de associação».

4.º — *Sobre o direito à greve*

D. António escrevera a Salazar: — «Aponta V. Ex.ª entre as reivindicações de certa campanha a reclamação de ser reconhecido o direito de greve e conclui terminantemente: — «Aqui nos separamos». Depois confirmaria V. Ex.ª que a greve é entre nós um crime».

Tenho pena porque eles estão com a doutrina da Igreja.

Vem depois, Manuel Anselmo carregar ainda mais nessa tecla dizendo: — «Defender o direito à greve, perante os ensinamentos da Igreja, é um erro cultural, salvo se o ilustre Antiste considera o Estado Novo uma tirania. Desafio Sua Ex.ª Rev.ma a que me demonstre o contrário» (pág. 22).

Uma Carta Vermelha? repôs assim a verdade avançada por D. António: — «Cifra-se nisto a tese do Dr. Anselmo: A Igreja só admite o direito à greve num Estado tirânico. Mas não é verdade. Dr. Anselmo desafia o Senhor Bispo a que lhe demonstre o contrário e eu desafio o Dr. Anselmo a que demonstre que as Encíclicas condenam os grevistas por lançarem mão da greve em último recurso para fazerem valer os seus direitos.

Não é deles que os Papas exigem o remédio preventivo contra essa calamidade social mas sim dos Governos a quem exorta que removam a tempo as causas que lhe dão fatalmente origem; por exemplo: o trabalho muito pesado, os perigos para a saúde, os salários mesquinhos, etc. É neste ponto que a carta do Senhor Bispo fere lume. O Estatuto do Trabalho Nacional condena a greve. Também a Igreja a condena quando ilegítima. Não nega, porém, que ela possa, em casos extremos, tornar-se legítima quando único meio de repor a justiça».

*

Decorridos já 28 anos, recordemos agora esta coisa inaudita: Para defender então a doutrina social da Igreja, assim deturpada, só um Bispo se levantou! E, para apoiar em público esse Bispo, só um padre!!

E este mesmo logo silenciado!!!

A posteridade nos há-de julgar...

III

Cartas de apoio e parabéns

Entre as que vieram então de vários pontos do País, destaco apenas as seguintes:

Uma de Chaves dizia: — «O seu livro empolgou-me e emocionou-me. O Senhor Bispo estava a ser esfrangalhado e ninguém se dispunha a terçar armas pelas suas verdades. O seu arrojo mereceu admiração e entusiasmo dos que não podem nem sabem fazer a sua defesa. Ainda bem que alguém construiu com segurança e visão realista a indestrutível barreira em favor do ilustre Prelado. Tudo admi-

rei no seu livro, mas sobretudo a imparcialidade irredutível, o equilíbrio que convence e a meridiana clareza. Calorosos parabéns!

Vou já encomendar 10 exemplares. Depois, muitos mais virão. O meu já anda a correr mundo. E quando voltar às minhas mãos, se voltar, virá já gastol

Um abraço do amigo e admirador

P.º Torrão Mesquita — (Pároco de Chaves)

Outa carta, de *Castelo Branco*, dizia:

— «O nosso Alfredo Silva, hoje médico, falou-me da sua autópsia aos dislates de Manuel Anselmo sobre o caso do Senhor Bispo do Porto e da resposta que ele promete a «um frade pouco católico». O meu Amigo, que já praticou a obra de misericórdia de castigar o senhor Anselmo com uma generosidade que ele não merecia, saberá continuar a contundir-lhe o físico a ver se ele arrepiá caminho.

Disse-me ontem alguém que o seu livro *Uma Carta Vermelha?* atingiu um colossal êxito de publicidade: Milhares de exemplares! Deus o ajude».

Assinou: *Cónego Francisco Duarte de Miranda*,
ex-Reitor do Seminário do Gavião.

De *Lisboa*, escreveu o *Dr. Sousa Gonçalves*:

— «Acabo de regressar de Paris onde estive a fazer uns trabalhos na nossa Embaixada junto da «Unesco» cujo ministro plenipotenciário é o Dr. Manuel Anselmo!

Em conversa comigo, perguntou-me:

— Onde tem estado?

— No Colégio Clenardo, em Lisboa, respondi:

— Da Ordem Dominicana? Ah! Bem sei: Uma Ordem muito combativa!

Palavra puxa palavra e não me contive sem lhe dizer que Joaquim Faria não é pseudónimo mas nome de baptismo.

O Dr. Anselmo ficou estupefacto, imóvel, de olhos arregalados; e exclamou:

— Não me diga!!

— Digo sim, sr. Doutor. Conheço-o pessoalmente. Ele até foi meu Professor e Director.

— Eu sabia que ele era Director do Clenardo, continuou o Dr. Anselmo, mas o Senhor Cardeal Patriarca é que me disse que o meu adversário era um monge dominicano, chamado João de Oli-

veira. Caí das nuvens! Por isso, quando vi o nome de Joaquim Faria, julguei que era pseudónimo. Mas fez muito bem de me dizer isso porque, quando eu regressar, quero publicar uma rectificação. Até porque esse P.º Joaquim Faria, pelo que percebi no opúsculo dele, deve ser um homem de grande envergadura intelectual. E foi nobilíssimo na resposta; nobilíssimo! Resposta fraquinha, mas nobilíssimo! E eu reconheço que, como católico, fui longe de mais na maneira como me dirigi ao Bispo do Porto, mas tinha de ser!...».

IV

«Resposta Serena a uma Tempestade»

Em Fevereiro de 1960 anunciou Manuel Anselmo, na Imprensa, a sua *Réplica a um Frade pouco Católico?*. Pretendia ele assim responder ao meu livro *Uma Carta Vermelha do Senhor Bispo do Porto?*

Oportunamente, devia sair a minha contra-réplica sob título: «Resposta Serena a uma Tempestade que abria assim:

— «A ameaça de Anselmo começou de longe com um remoto estrondear de trovoadas e foi avolumando num «crescendo» de tempestade cavernosa. Julho devia presentear-nos com o seu vingador *Caderno* com raios e coriscos, como prometia o anterior. Mas, lá se escoou Julho e mais Agosto sem nos dar esse gosto. Entretanto, à falta do prometido, veio a Imprensa anunciar que, em princípios de Setembro se daria o «acontecimento». Continua, pois, a montanha a gemer com dores de parto; mas, como trazia jura à face do Público de que a tal «libré disfarçada de hábito de monge» não perderia com a demora, alguma vez tinha que ser.

Eis que entra Setembro. Seria agora? Não; ainda só gemidos. Mas, lá vem a segunda semana e, com ela, a tempestade. A montanha soltou o último ronco e, nesse espasmo final, a caverna eólia estrebuchou e deu finalmente à luz... um rato!!».

Logo em Janeiro de 1961, terminei e entreguei à Censura da minha Ordem essa minha contra-réplica num manuscrito destinado à publicação. Aconteceu, porém, que o meu Superior se opôs. Proibição essa que nos levou à conclusão certa e segura de que também o meu primeiro escrito *Uma Carta Vermelha?* seria proibido se eu lho tivesse submetido. E assim ficaria o Senhor Bispo e a doutrina da Igreja sem uma única defesa em todo o País!!!

Eis o essencial dessa carta a desaprovejar a publicação: «(...) Quanto ao seu manuscrito *Resposta Serena a uma Tempestade*, não o li todo; mas pelo que li, já posso dar uma opinião. É um acto de coragem da sua parte responder ao Dr. Anselmo nas circunstâncias actuais. Mas, a resposta desce muito do nível que convém a um sacerdote. Há muita coisa que só servirá para amesquinhar o adversário e, portanto, forçá-lo a uma vingança, sem utilidade para a memória do Sr. Bispo. Uma resposta mais sóbria e delicada produziria mais efeito. E também duvido da sua oportunidade no momento presente. Quanto ao caso do Sr. Bispo do Porto, nem mesmo os Prelados estão de acordo. A questão azedou-se imenso. O Sr. Arcebispo de Mitilene disse-nos confidencialmente que, se quando V. Rev.^a voltou para o Clenardo, a questão estivesse no ponto a que chegou depois, não o teriam deixado entrar no Patriarcado. Acho, pois, melhor não publicar o opúsculo. Mas, vou pedir a opinião dum censor, provavelmente o P.^o Prior-V.^a Rev.^a tem dotes de polemista e de escritor. Não disse nada ao P.^o Vigário (ausente). Mas, estou certo de que ele seria da mesma opinião».

Fátima, 27-3-61.

Sem tardar, logo lhe mandei de Portalegre a resposta:

— «Rev.mo Senhor:

Reconheço que lhe entreguei nas mãos um assunto que exige ponderação; mas, cometendo-o ao seu critério superior, fiz pacto de confiança. V.^a Rev.^a resolveu-o pela via mais fácil. Realmente, o machado é um processo facilíssimo de resolver coisas difíceis. Reconheço que «uma resposta mais sóbria e delicada produziria mais efeito». Eu mesmo já tinha pensado em suprimir várias passagens, um tanto deprimentes porque mais obedecem a este género literário (polémico) do que à preocupação extrínseca da qualidade sacerdotal do autor. Vejo, porém, que V.^a Rev.^a nem assim lhe perdoaria pela falta de «oportunidade».

O meu pobre manuscrito nem sequer mereceu seguir os trâmites, previstos nas nossas Constituições n.ºs 717-718. Mais dum mês depois da entrega, pelo menos, ainda não.

Diz V.^a Rev.^a que, pelo que tem sabido de M. A., o melhor é dá-lo ao desprezo; que obteve informações seguras de que, politicamente, ele não tem cotação nenhuma. Mas, isso já eu sabia, pois conheço todas as suas obras e manobras. Se nós temos em casa documentação completa, para quê buscar informações de fora? Só por ele, eu nunca teria entrado na contenda, pois não merece que lhe liguem. O pior é que uns elementos da União Nacional lhe compraram a edição e difundiam o primeiro panfleto dele por todo o País, feitos acérrimos promotores duma campanha de erros e calúnias. O que interessa não é aquele fulano mas a campanha venenosa contra um Bispo que era, no Porto, o nosso Bispo. Aquele lançou aos ventos quanto quis de calinadas, e infâmias; e não só lhe foi dada plena liberdade mas até promoveram a mais vasta divulgação. *A Voz* desencadeou igual campanha bolsando as mais descaradas mentiras com uma hipocrisia repugnante e sempre com liberdade total. Mas eu, que saí agora a provar a falsidade dessas infâmias e a refutar erros doutrinários, sou logo amordaçado e o meu manuscrito morre nas primeiras mãos onde cai! Ainda se me mostrassem os erros no meu escrito, muito grato ficaria; mas foi coisa que ainda ninguém fez. E somos nós a «Ordem da Verdade»!...

Os Apóstolos diziam às Autoridades do Tempo: ... «Nós não podemos deixar de pregar esta doutrina. Antes obedecer a Deus do que aos homens». Por não ser «oportuna» essa pregação, sofreram todas as tropelias, mas a doutrina venceu. Hoje não vencerá porque nós somos uns *canes muti*.

A Igreja começou já a gritar pela boca de alguns Bispos por melhor solução social. Por que não nos deixam unir à deles a nossa voz a favor dos desesperados? Quando forem estes a gritar contra a nossa convivência silenciosa, já será tarde para batermos no peito.

O ideal da verdade pelo qual penaram e morreram tantos heróis da nossa Ordem é o lado atraente que a ela me prende. Grande dita me seria se eu viesse a sofrer alguma coisa pela Verdade e pela doutrina da Igreja! Mas não; estamos bem livres dessas nobres amarguras porque, na hora crucial de nos batermos por ela, haverá sempre quem nos tape a boca. Assim, continuaremos sempre ílesos, a blazonar de «campiões da verdade» porque outros (que não nós) sofreram por ela; continuaremos cautelosamente, à mercê da «oportunidade», a escrever só banalidades abstractas que a ninguém interessam numa hora concreta em que os espíritos se debatem na confusão e pedem luz para os problemas candentes do momento.

Eu estava interessado em que este meu escrito servisse ao menos como sonda para ver até onde vai a repressão imposta a uma voz que defende o nome e a honra dum Bispo, em contraste com a liberdade concedida a um monte de ultrages que ainda não teve nenhuma repressão. Pensava submetê-lo também às Autoridades civis para ver em que degrau ele iria esbarrar com a proibição. Admitia que fosse ao passar pela Direcção da Pide. Mas, nesse caso, ficaria sobre aquela Entidade o odioso de calar a voz da defesa sem que houvesse calado a voz da injúria. Assim, fica esse odioso às costas dum ramo da Igreja.

Diz V.^a Rev.^a que nem mesmo os Prelados estão de acordo quanto à carta do Senhor Bispo. Mas, não estarão eles de acordo em que ele foi ignobilmente enxovalhado por uma campanha apoiada pela União Nacional? Aí não pode haver desacordo, pois é um facto à vista de todos. Foi contra este facto que eu me insurji, porque aqui não pode haver neutralidade sem covardia.

O que vos teria dito o Senhor Arcebispo de Mitilene não condiz com as atitudes do Senhor Cardeal Patriarca. Quando lhe expus as circunstâncias em que escrevi o primeiro opúsculo, ele disse-me que um Bispo já lhe tinha falado dele com referências elogiosas. Mas ficou então um pouco em suspenso por julgar que eu o escrevera em Lisboa e como Director do Colégio Clenardo. Depois, bem informado, desfez o engano e disse que nada tinha a opor, «sobretudo tratando-se da defesa dum colega». Mostrei-lhe que agi no mesmo espírito que animou o Dr. Trindade Salgueiro, em Coimbra, quando defendeu a sua pessoa e a sua doutrina dos ataques do Sílvio Lima contra o seu livro *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. E esclareci que, para não envolver naquela minha defesa do nosso Bispo a responsabilidade dele nem a dos meus Superiores, não lhes pedi autorização; mas, que pus depois ao corrente de tudo o nosso Vigário Geral, o Senhor Núncio Apostólico, o nosso Visitador, o Director da Pide em Lisboa, o Sub-Director no Porto e o Director da Censura da Imprensa que me disse não se opor à publicação duma segunda resposta ao Dr. Anselmo.

Se eu não tivesse mais admissão no Patriarcado por ter defendido a honra dum Bispo, paciência. Eu antes queria ser um queimado que um covarde. Ora, deixarmos um membro do Episcopado debaixo do tacão dum caluniador não seria covardia?

Quanto à *oportunidade*, pergunto: Então quando é que é oportuno vingar afrontas e refutar erros? Não será na própria altura em que eles são divulgados? Eu, pessoalmente, não fico melindrado. Mas, da parte dum Superior é bem melindroso deixar para sempre um súbdito debaixo da pata dum adversário sem poder repor a verdade. E o mais grave é que nada se faça nem deixe fazer para desagrar um Bispo vilipendiado

doutrina da Igreja falseada. É isto que me desconcerta e na memória me fica. Mas, este caso será um dia todo historiado a rígor.

Por mim, ponto final nesta miséria que estou a ver com profunda mágoa, rogando ao «Pai das luzes» que um dia permita a verdade toda aos olhos de todos.

Respeitosamente: Frei João de Oliveira Faria.

Carta ao Senhor Arcebispo de Mitilene

Em face daquelas alusões de S. Ex.^a Rev.ma, julguei dever dirigir-lhe estas palavras: Ex.mo e Rev.mo Senhor:

— «Disse-me o meu Rev.mo Superior o que da sua parte ouviu referente à minha defesa do Senhor Bispo do Porto.

Ora, como esse caso data de há mais de 5 anos, surge-me a dúvida se V.^a Ex.^a Rev.ma se referiu a factos supostos; por isso me decidi a esclarecer a coisa e a pôr-me ao seu inteiro dispor para prestar os pormenores que forem necessários.

Quando apareceu o pasquim de Manuel Anselmo cheio de infâmias contra o Prelado do Porto e de falsificações da doutrina da Igreja, eu que era então daquela diocese, fui um dos que não suportaram. E achei que era covardia deixar assim espesinhada a honra do nosso Prelado.

Hoje posso aguentar as censuras mas não poderia suportar o pesar dessa covardia.

Alinhara eu uns pensamentos de crítica e refutação sem intuito de os dar à estampa; mas, depois, instado por outros, deixei correr. Julgando não dever pedir o «Imprimatur» ao próprio Prelado para não envolver a sua responsabilidade nem a dos meus Superiores, saíram dactilografados. Mas, depois, pus ao corrente as Autoridades religiosas e civis, perante as quais me apresentei como único responsável e passível de sanções se houvesse lugar para elas. O Senhor Núncio nada objectou, nem a Pide, contra o conteúdo do meu opúsculo. O Sub-Director disse-me: — «V. disse verdades duras, mas são verdades. Por isso, deixe correr». O meu Superior Maior julgou preferível suspender a venda.

Em obediência, logo me desliguei de tudo e o livreiro logo a suspendeu.

Um Bispo, a quem enviei um exemplar, agradeceu e acrescentou: — «Feito por mão de mestre. Deus o abençoe». Outros dois Bispos pediram exemplares. Muitos padres enviaram abraços e parabéns por verem finalmente desagravado um Bispo que publicamente fôra vítima, de ignóbeis vexames. Muito depois dessa iniciativa é que informei também o Senhor Bispo do Porto, ainda naquela cidade, pedindo-lhe desculpa de não ter submetido o manuscrito à sua aprovação e explicando os motivos.

Quando recebi ordem superior de voltar para o nosso Externato de Lisboa, fui apresentar cumprimentos ao Senhor Cardeal Patriarca e, lealmente, expus-lhe todo este assunto. S.^a Em.cia respondeu que, não tendo eu tomado aquela iniciativa em Lisboa e como Director do Clenardo, ao contrário do que ele supunha, nada tinha a objectar, sobretudo tratando-se de defender um Colega. Lembro-me perfeitamente destas palavras. Menos perfeita é a memória que conservo duma sua alusão ao processo usado por T. de Chardin para divulgar as suas ideias; donde me ficou a impressão de que S.^a Em.cia não apoiava muito o modo como dei a público aquele trabalho. E com razão; mas eu não tinha outro meio de defender o Bispo infamado e a doutrina deturpada da Igreja sem envolver responsabilidades superiores. Terminei perguntando-lhe se ficava magoado comigo. Respondeu que não. Por isso, estranho muito o que me foi dito acerca das alusões de V.^a Ex.^a Rev.ma a este caso já tão antigo e, para mais, com a ameaça

de poder vir a negar a jurisdição nessa diocese ao autor do escrito e a quem o permitiu.

Se me fosse recusada a jurisdição, a isso me sujeitaria docilmente; mas não podia sujeitar-me à vergonha de ver um Bispo da Igreja humilhado ficando nós covardemente conformados.

Um dia, em Coimbra, o Dr. Trindade Salgueiro defendeu Sua Em.cia dos ataques de Sílvio Lima. Foi nesse mesmo espírito que eu defendi o Senhor D. António e estou pronto a defender qualquer outro Bispo que venha a ser vítima de insultos semelhantes; pois, sendo o Bispo o representante de Cristo na Diocese, é nosso dever defender a sua honra como a do próprio Cristo. Não será? Tanto mais que o caluniador, esse, pôde à vontade espalhar por todo o país os seus erros e vexames sem incorrer em sanções nem ameaças. É isto que eu não compreendo!

Beijando o seu sagrado anel, me subscrevo respeitosamente: P.^o João de Oliveira Faria — Coimbra, 26-8-64.

Resposta do Senhor Arcebispo

Em 27-8-64, escreveu-me S. Ex.^a Rev.ma nestes termos:

— «Ao R. P.^o João de Oliveira, que Deus abençoe sempre. Acabo de receber a sua exposição sumária de factos ocorridos há anos, que causaram perturbação em sacerdotes e mais fiéis desta Diocese de Lisboa. Se V. Rev.^a alguma vez tiver de passar por aqui e desejar falar comigo, em ocasião que me seja possível, da melhor vontade estarei ao seu dispor.

† Manuel, Arcebispo de Mitilene.

A minha resposta

Logo no dia seguinte respondi:

— «Agradeço a sua bondade em estar ao meu dispor e eu desejar falar com V.^a Ex.^a Rev.ma. Se for da sua vontade que eu vá ou se é necessário eu ir, estou pronto a ir, à menor manifestação da sua vontade. Quanto a desejá-lo eu, uma vez que já expus o essencial, nada mais tenho a acrescentar, a não ser que V.^a Ex.cia Rev.ma queira mais pormenores.

Se os factos ocorridos há anos causaram perturbação em sacerdotes e mais fiéis dessa diocese, se alguma culpa tive, estava na sua mão aplicar-me então as sanções que houvesse por bem, pois eu sempre me pus, perante todas as Autoridades, em atitude de acatá-las docilmente. Mas, continuo a não compreender que a ameaça venha só agora, passados mais de 5 anos!

O meu caso de consciência continua a ser este: Uma vez que o Bispo, de quem eu era súbdito e em quem eu tinha que ver o representante de Cristo, foi publicamente vexado, era meu dever defendê-lo. Isto ninguém mo pode negar.

Quanto aos erros de que possa enfermar o meu escrito, se V.^a Ex.^a Rev.ma mos apontar é favor que agradeço, pois estou mais que ninguém sujeito a errar. Quanto ao modo de o dar a público, tudo expliquei então às legítimas Autoridades de quem eu dependia, disposto a cumprir quaisquer sanções. E hoje mesmo ainda estou pronto a sujeitar-me às que V.^a Ex.^a Rev.ma houver por bem na sua diocese. Porém sem compreender isto: Um seu diocesano pôde ultrajar com agravos públicos um Bispo da Igreja sem

incorrer em ameaças; e eu, ao tempo diocesano desse Bispo, incorro nelas agora por havê-lo desagradado então!!

Beijando-lhe o sagrado anel, me subscrevo respeitosamente.

Frei João de Oliveira Faria — Coimbra, 28-8-67.

*

Assim ficou para sempre condenado ao silêncio e ainda cá está na gaveta em manuscrito (desde há 25 anos!) esta *Resposta Serena a uma Tempestade* que devia ter sido uma rolha a tapar aquele cano de esgoto que foi a pena destemperada de Manuel Anselmo e a pôr os pontos nos is na discussão da doutrina da Igreja face à nossa conjuntura de então.

Finalizando, repito surpreso mas não arrepenso: — Só um Bispo a defender então a doutrina social da Igreja! Só um padre a apoiá-lo publicamente!! E esse mesmo, logo silenciado!!!

O Senhor D. António escreveu há pouco: ... «Escrevi e, apesar de tudo o que se seguiu, *não me arrependo*». ¹

E nós bem podemos acrescentar: — Em boa hora escreveu, Senhor D. António! Bem haja!

JOAQUIM FARIA (FREI JOÃO DE OLIVEIRA FARIA, OP)

¹ A F. Gomes, *A colegialidade episcopal e o reino de Deus*, in *Humanística e Teologia* 6 (1985) 148.

ROMAN SANCHEZ CHAMOSO — *Los fundamentos de nuestra fe, Trayectoria, cometidos y prospectiva de la teología fundamental*, (=Lux mundi 53), Salamanca, Sígueme, 1981, 361 pp.

Entendendo-se por teologia fundamental aquele sector ou domínio que busca um ponto de encontro entre cultura e fé, é natural que em tempos de ruptura cultural, seja este âmbito o que sofre mais a erosão e a renovação.

O autor deste livro tenta precisamente colocar o problema da teologia fundamental, neste tempo pós-conciliar. Tarefa, convenhamos muito difícil, porque nos tempos actuais, cada autor, mas sobretudo cada cultura tem a sua teologia fundamental. Assim, se por um lado a concordância entre a revelação e a cultura tem no Ocidente, em S. Tomás de Aquino, um marco desisivo, já, modernamente, as novas teologias, surgidas noutros continentes (lembramos a teologia da libertação) se afastam decisivamente desse marco

Falar então duma teologia fundamental ou da natureza e do método duma teologia fundamental?

O autor inclina-se para este segundo caminho, apontando para este tratado tão sensível da teologia, os seguintes eixos: uma epistemologia e metodologia da teologia, um tratado teológico sobre a revelação e um tratado sobre a fé.

Nesta ordem de ideias, a questão da fé e da teologia, tal como se vem pondo desde o modernismo é bem problematizada e ocupa um vasto capítulo (pp. 85-153).

E o autor aborda em outro longo capítulo a triste situação da apologética na teologia fundamental actual, afirmando, com razão que a «parcela apologética é a mais desguarnecida da teologia desde há anos» (p. 157). Entre outras razões porque se passou da defesa da fé à fundamentação da fé, ou seja da apologética tradicional à teologia fundamental como se entende hoje.

No capítulo final o autor aborda algumas perspectivas e desafios da teologia fundamental.

Mais do que uma teologia fundamental, o presente livro tematiza a problemática da teologia fundamental no pós-modernismo tentando situar as suas diversas partes e ao mesmo tempo tentando situá-la no conjunto da teologia. Foi de resto este o desiderato que se propos. E que conseguiu, revelando um bom conhecimento da situação actual deste sensível tratado da teologia.

Arnaldo de Pinho

CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS — *Venga tu reino, Perspectivas misioneras*, Salamanca, Sígueme, 1982, 349 pp.

As edições Sígueme traduzem o conjunto dos estudos da Conferência Mundial de Missões e Evangelização realizada em Melbourne (Austrália) de de Maio de 1980.